

O ALCÓOL E OS ADOLESCENTES: ENTRE O PROIBIR E O REDUZIR DANOS NO CONTEXTO DO ENSINO DE QUÍMICA E CIÊNCIAS

Francisco José Figueiredo Coelho¹

Simone Monteiro²

¹ Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (LEAS/IOC/FIOCRUZ); SEEDUC/RJ

² Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (LEAS/IOC/FIOCRUZ)

Introdução, justificativa e objetivos

O álcool etílico ou etanol é um dos principais componentes das bebidas alcoólicas, das destiladas às fermentadas. É considerada uma droga psicoativa visto a sua capacidade depressora sobre o sistema nervoso central. Embora sua venda e consumo sejam exclusivamente para maiores de idade, atualmente tem sido a droga mais consumida entre os adolescentes dentro e fora do Brasil (Acselrad, 2015; Midford *et al.* 2012). Segundo a pesquisa PeNSE com estudantes brasileiros, 26,1% dos adolescentes havia consumido algum tipo de bebida alcoólica nos últimos trinta dias antecedentes à pesquisa, não havendo diferenças significativas entre os homens (25,2%) e as mulheres (26,9%). Dos estudantes consumidores de álcool, a forma mais comum de obter a bebida foi em festas (39,7%), por meio de amigos (21,8%), ou comprando nos estabelecimentos comerciais (15,6%); os outros 10,2% dos escolares fizeram uso do álcool nos últimos 30 dias na própria casa. Dos investigados, 21,8% dos estudantes já sofreram algum episódio de embriaguez na vida, sendo mais comuns entre os entrevistados nas escolas públicas (22,5%) do que na rede privada (18,6%). No que tange aos efeitos decorrentes do consumo do álcool, 10% relatou problemas com familiares ou amigos, envolvimento em brigas e ausência de frequência nas aulas escolares. O percentual de estudantes que declararam esses problemas foi um pouco maior entre as meninas (10,4%) do que entre os meninos (9,5%) (BRASIL, 2013).

Tendo em vista essa realidade, justificamos a relevância da abordagem do tema álcool com os jovens, sobretudo nas aulas de química onde os compostos orgânicos (incluindo os álcoois) são conteúdos importantes. Embora adotemos como cenário as aulas de química, é cabível lembrar que o assunto pode ser discutido em qualquer disciplina visto fazer parte dos temas transversais em saúde do PCN (BRASIL, 1998). Assim, promove-se, no contexto das disciplinas científicas, uma Educação sobre drogas que permita reflexões e diálogo com os estudantes acerca do tema. A grande questão que se instaura é: que modelo preventivo de abordagem seria o mais indicado para os jovens?

Metodologia, resultados e discussão da literatura: proibicionismo *versus* redução de danos

Uma revisão exploratória da literatura acadêmica no campo da educação/prevenção sobre drogas (TRIGUEIROS e HAIEK, 2006; ACSELRAD, 2005, 2015; RIBEIRO, 2013; ADADE, 2012; MIDFORD *et al.*, 2012), revela o predomínio de duas perspectivas preventivas que se contrapõem em relação aos seus objetivos e fundamentos. A primeira, de caráter proibicionista e punitivo, conhecida como “Guerra às drogas” (aspas nosso), é orientada principalmente para a repressão ao consumo dos entorpecentes e pelo amedrontamento como ferramenta educativa. O segundo modelo, centrado na abordagem da Redução de danos (RD), argumenta que o enfoque proibicionista desconsidera a complexidade do fenômeno das drogas, buscando uma meta única. A RD fundamenta-se na ampliação e aprofundamento de conhecimentos e informações sobre as drogas e seu consumo (abertos a qualquer cidadão), no fortalecimento afetivo dos sujeitos e no desenvolvimento da capacidade de escolha com base em suas possíveis consequências.

Segundo Adade (2012), a maior parte das iniciativas que abordam a problemática do uso e do abuso de drogas tem sido orientada pelo primeiro enfoque de proibição. Para a autora, esse fenômeno resulta do resquício da popularização do discurso repressivo que data cerca de dois séculos, alimentado pelo imaginário popular ocidental de que o consumo de drogas induzia seus usuários à violência. Com isso, a partir da segunda metade do século XIX, a mentalidade proibicionista se difundiu enormemente. Parcela da sociedade americana acreditava que banir o consumo do álcool tornaria o país econômica e politicamente mais forte. Registrou-se, então, o ápice desse modelo proibitivo no ano de 1920, com a aprovação da lei seca. Contudo, Ribeiro (2013) e Acselrad (2015) concordam com o fracasso dessa medida legal que determinou o fortalecimento das máfias e a venda clandestina de diferentes bebidas alcoólicas, dando início à internacionalização do crime organizado e clandestinação do álcool e outras drogas.

Na visão de pesquisadores (TRIGUEIROS e HAIEK, 2006; MIDFORD *et al.*, 2012; RIBEIRO, 2013, ACSELRAD, 2015), a RD, como política e modelo de enfrentamento, se contrapõe à proposta de abstinência e à “guerra às drogas” (aspas nosso) pelo fato de não idealizar ou prometer o fim do consumo de drogas como solução. Coerente com os princípios de uma política universalista, a RD se volta tanto para a prevenção quanto para o cuidado. Contextualizando o termo, no caso do usuário ativo de drogas, ela tem como foco o aconselhamento e dá a devida importância à aproximação e à vinculação, levando-o a refletir sobre o uso, conhecendo melhor seus danos e, se assim desejar, fazê-lo de maneira segura a fim de minimizá-los (TRIGUEIROS e HAIEK, 2006; ACSELRAD, 2005, 2015). Essa forma de perceber a droga, considerando seu contexto social e sua impossibilidade histórica de extinção, pode ser favorável ao ensino da química ao desmistificar a ciência e torná-la mais próxima dos alunos. Assim, pode-se abordar a composição e as aplicações de distintas substâncias, incluindo os psicoativos como o álcool e uma gama de produtos que apresentam composição alcoólica.

Segundo Acselrad (2005, 2015), a aplicação da RD conjuga elementos essenciais para a reflexão e a intervenção no campo da prevenção ao uso abusivo de drogas e da promoção de saúde com qualidade. Essa perspectiva, inclui todas as drogas, legalizadas ou não e não preza pela imposição da abstinência de forma radical para todos, entendendo que muitos usuários não conseguem, não podem ou não querem interromper o uso. Para a autora, diferente do proibicionismo, a RD envolve uma dimensão dialógica e compreensiva do fenômeno (sem assustar o aluno) que não deve ser confundido com permissividade. Parte do princípio que as pessoas vivem em contextos diversos de vulnerabilidade e de que a fragilidade não é algo apenas individual, mas coletiva e socialmente construída.

Potencial da Educação sobre Drogas na disciplina de química e ciências

Como identificado nas pesquisas, o álcool é uma droga consumida pelos jovens em diferentes contextos, inclusive dentro de suas casas. Diante dos tabus, desinformação e falta de debate sobre o tema, o contexto escolar tem o potencial de criar espaços de diálogo e aprendizagem acerca do uso das drogas na sociedade contemporânea. Tendo em vista os limites e fracasso de ações centradas no enfoque proibicionista, cabe pensar em alternativas que levem em conta as motivações para o uso, o acesso e contexto do consumo e suas implicações entre jovens. Tal enfoque se aproxima da abordagem centrada na redução de danos, referida acima e pode ser explorada nas aulas de química, como proposto a seguir.

Os jovens são singulares e capazes de pensar de forma autônoma e crítica. Os professores podem se apropriar dessas características para integrar diferentes assuntos da química escolar às experiências cotidianas dos alunos. O consumo do álcool ao volante, a Lei seca (Lei Federal 11.705/2008), a embriaguez juvenil nas festas e o alcoolismo são exemplos de temas geradores que podem ser articulados aos conteúdos disciplinares da química (compostos e solventes orgânicos, reações químicas, fermentação alcoólica, combustíveis e biocombustíveis etc.), estimulando múltiplas discussões sobre o tema álcool em sala de aula. Ao se sentirem acolhidos, os jovens tendem a ficar mais à vontade para falar de suas experiências e compartilhar

suas dúvidas (COELHO, 2016). Isso implica, a nosso ver, em uma relação de aproximação entre o aluno e a disciplina científica. Acreditamos que isso favoreça sua aprendizagem seja na disciplina de química e ciências afins, seja no âmbito de uma educação para a convivência social.

Partindo do contexto das ciências escolares, este trabalho oferece argumentos aos profissionais de ensino a favor de uma abordagem sobre drogas ausente de críticas e julgamentos. Do ponto de vista pedagógico, entendemos uma abordagem pautada na RD como uma opção frente à minimização dos riscos e consequências do uso abusivo de substâncias, não necessariamente sua interrupção, mas as alternativas de uso consciente. Assim, bebidas destiladas ou fermentadas, inalantes orgânicos e outros produtos psicoativos são assuntos convidativos nas aulas de química, seja por subsidiarem a compreensão de conteúdos básicos da disciplina, seja por motivar os jovens a refletir sobre suas decisões. Ou seja, o invés de pensar em proibir e punir a prática do uso do álcool pelo adolescente, a preocupação central seria de orientá-lo a se autoconhecer e a compreender que a forma como usa ou abusa dos produtos alcoólicos influencia sua qualidade de vida.

Referências

ACSELRAD, G. **A educação para autonomia**: construindo um discurso democrático sobre as drogas. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer**: drogas, Aids e direitos humanos. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p.161-188.

ACSELRAD, G. **Quem tem medo de falar sobre drogas?** Falar mais para se proteger. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. p.164.

ADADE, M. A visão de estudantes sobre drogas: subsídios para ações educativas orientadas pela redução de danos. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Saúde. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

COELHO, F. J. F. Projeto E3 - Encontro de Experiências com a EJA: formando multiplicadores para debates inclusivos sobre drogas na escola. **Revista Educação Pública.**, v. 16, ed. 21, out. 2016.

MIDFORD, R.; CAHILL, H.; RAMSDEN, R.; DAVENPORT, G.; VENNING, L.; LESTER, L.; MURPHY, B.; POSE, M. Alcohol prevention: What can be expected of harm reduction focused drug education programme? **Drugs: Education, prevention and policy**, v. 19, n. 2, Abril, 2012.

RIBEIRO, M. De M. **Drogas e redução de danos**: os direitos das pessoas que usam drogas. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. p. 147.

TRIGUEIROS, D. P.; HAIEK, R. C. Estratégia de redução de danos entre usuários de drogas injetáveis. In: SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F. G. **Panorama atual de drogas e dependência**. São Paulo: Atheneu, 2006. p. 355-358.